



Esta obra possui uma Licença

Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/18818>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v19i32.18818>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | v. 19 | n. 31 | Jan-Jun, 2025

Submissão: 20/03/2025 | Aprovação: 20/06/2025



O DESAFIO DE INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES LOCAIS A PARTIR DOS ECOMUSEUS - UMA EXPERIÊNCIA NA AMAZÔNIA PARAENSE

THE CHALLENGE OF LOCAL COMMUNITY INTEGRATION THROUGH ECOMUSEUMS: AN EXPERIENCE IN THE AMAZON REGION OF PARÁ

João Gabriel Pinheiro Huffner

Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia - SEMEC/Belém-Pa¹

Maria Terezinha Resende Martins

Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia - SEMEC/Ecomuseu de Belém²

Resumo: Os Ecomuseus representam uma abordagem museológica inovadora e socialmente justa, enfatizando o protagonismo comunitário e a valorização do patrimônio cultural e ambiental local. Seu conceito sugere um museu vivo, dinâmico e participativo, integrado ao território e à comunidade. Destarte, este trabalho tem como objetivo central discorrer sobre os desafios para a integração das comunidades locais a partir da análise das experiências desenvolvidas com a criação das primeiras iniciativas voltadas à museologia comunitária em Belém do Pará, especificamente, com a implantação do Subsistema de Educação e Cultura para o Desenvolvimento Sustentável, que solidificou as bases para a criação do Ecomuseu da Amazônia e do Ecomuseu de Belém, abordando seus desafios e possibilidades. Este trabalho se caracteriza como um relato de experiência, analítico descritivo, apontando para a possibilidade de expansão dos Ecomuseus e sua importância para o fortalecimento e integração comunitária em diferentes aspectos.

Palavras-chave: Ecomuseu, Museologia Comunitária, Sustentabilidade, Integração

Abstract: Ecomuseums represent an innovative and socially equitable museological approach that emphasizes community engagement and the recognition of local cultural and environmental heritage. Conceived as living, dynamic, and participatory institutions, ecomuseums are inherently tied to the territory and its people. This paper explores the challenges associated with integrating local communities into such initiatives by analyzing early experiences in community museology in Belém, Pará, Brazil. In particular, it examines the implementation of the Subsystem of Education and Culture for Sustainable Development, which laid the foundation for the creation of the Amazon Ecomuseum and the Belém Ecomuseum. Through a descriptive and analytical account of these experiences, the study highlights both the obstacles and opportunities encountered in the process. The findings point to the potential for expanding ecomuseum initiatives and underscore their relevance in promoting community strengthening and integration across multiple dimensions.

Keywords: Ecomuseum, Community Museology, Sustainability, Integration

¹ Bacharel em Turismo, Especialista em Ordenamento Territorial Urbano - NUMA/UFPA, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente - UNAMA e Turismólogo da SEMEC/Belém-Pa. e-mail: joaohuffner@gmail.com

² Pós-doutorado em Gestão e Acervo de Ecomuseus-UFP-Porto/PT (2016); Doutora em Gestão Integrada de Recursos Naturais, Mestra em Planejamento e Gestão Ambiental com enfoque em ecomuseus-UCB-DF(2005). Membro do Conselho Internacional de Museus-ICOM e do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus-CGSBM/IBRAM. Atualmente é presidenta da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários-ABREMC. Email: mtrmartins@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A integração das comunidades locais é um dos principais desafios enfrentados por iniciativas que buscam preservar a memória, a cultura e o meio ambiente de forma participativa e sustentável. Neste cenário, descortinam-se os Ecomuseus, que diferentemente dos museus tradicionais, valorizam a base territorial, a cultura viva, os saberes e fazeres, a memória, e a vivência dos moradores como elementos centrais da preservação, valorização e interpretação do patrimônio. No contexto da Amazônia Paraense, onde a riqueza natural e cultural se entrelaça com desafios socioeconômicos e ambientais, essa integração torna-se essencial.

A Amazônia Paraense com recorte especial à Belém do Pará, é uma região rica em biodiversidade e manifestações culturais, com uma história e identidade únicas. A região que possui uma infinidade de ilhas que a circundam, possui comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos, detentores de um conhecimento profundo da natureza e da cultura local. Nesse contexto, a experiência da criação de Ecomuseus e o fortalecimento de iniciativas museológicas comunitárias na Amazônia Paraense, tais como o Ecomuseu da Amazônia e o Ecomuseu de Belém, revelam a necessidade de estabelecimento de iniciativas inovadoras de participação comunitária nos processos de gestão e salvaguarda dos seus patrimônios naturais e culturais.

Destarte, este artigo condensa resumidamente a experiência de integração comunitária na Amazônia Paraense, a partir das iniciativas museológicas comunitárias desenvolvidas especificamente em Belém do Pará, com relevo especial aos Ecomuseus da Amazônia e de Belém, além do fomento e criação de Pontos de Memória e Cultura, destacando as oportunidades e os desafios enfrentados para a participação e integração ativa das comunidades locais durante o todo o processo, explorando as possibilidades metodológicas que podem ser adotadas para promover a integração comunitária e garantir a sustentabilidade e valorização patrimonial, especialmente, diante da realidade amazônica, cercada de problemas como a degradação ambiental, a perda de biodiversidade e a desvalorização de sua identidade cultural.

Em síntese, o presente trabalho busca contribuir para a discussão sobre a importância da integração e fortalecimento comunitário, destacando as oportunidades e os desafios enfrentados na implementação das experiências museológicas comunitárias na capital paraense, com recorte temporal específico. Além disso, visa fornecer subsídios para futuras iniciativas de Ecomuseus que busquem promover a integração comunitária.

CONCEITOS, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DOS ECOMUSEUS

Os Ecomuseus representam uma abordagem inovadora na museologia, destacando-se por sua ênfase no protagonismo comunitário, na valorização do patrimônio local e na integração com o território. Esta perspectiva museológica busca transformar o museu em um agente ativo de desenvolvimento social e cultural, promovendo a educação patrimonial, a cidadania e a conscientização e preservação ambiental.

O termo "Ecomuseu" surge na França, em 1971, elaborado por Hugues de Varine, então diretor do Conselho Internacional de Museus – ICOM, em colaboração com Georges Henri Rivière, um dos principais teóricos da nova museologia (Brigola, 2011). A palavra "eco" deriva do grego *oikos*, que significa "casa", refletindo a ideia de museu enquanto espaço ligado ao ambiente natural, cultural e social de uma comunidade.

Rivière (1985) conceitua Ecomuseu como *uma instituição não formal que busca expressar o homem em seu meio, seja ele natural, social ou cultural, de forma coletiva, com a comunidade enquanto protagonista, servindo ao seu desenvolvimento*. Essa abordagem rompe com o modelo tradicional de museu, no qual a curadoria e a narrativa estão concentradas nas mãos de profissionais técnicos e especialistas em torno de um desenvolvimento institucional. No Ecomuseu, a comunidade se torna o foco central das discussões enquanto detentora do acervo patrimonial. Neste contexto, podemos compreender que Hugues de Varine contribuiu efetivamente para a consolidação do conceito, destacando que um Ecomuseu deve ser um processo museológico que envolve o território, o patrimônio e a comunidade, funcionando como uma proposta de desenvolvimento integral e sustentável (Primo, 2008). Hugues de Varine enfatiza que Ecomuseu não é um local, mas um processo. *Ecomuseu é antes um projeto de mobilização social do que um museu no sentido clássico* (Varine, 2017). Ele o define como uma ferramenta participativa e interdisciplinar voltada ao fortalecimento da identidade coletiva e da autonomia das comunidades locais.

Destarte, o conceito difundido por Hugues de Varine e Georges Henri Rivière na década de 1970, evoluiu ao longo dos anos dentro do campo da museologia social comunitária. Inicialmente, definido como um novo gênero de museu, baseado na interdisciplinaridade, na união com a comunidade e na participação ativa desta na sua construção e funcionamento. Posteriormente, essa definição foi ampliada, caracterizando Ecomuseu como um museu que atua como um elemento primário coordenador de ações e perspectivas visando a interpretar o patrimônio coletivo manifestado no território a partir do meio ambiente natural, social e cultural, no tempo e no espaço (Rivière, 1993).

Ou seja, a conceituação dos Ecomuseus transcende a definição tradicional de museu como mero espaço físico destinado à exposição, visitação e conservação de objetos. Trata-se de uma nova interpretação/perspectiva museológica que emerge das discussões e transformações sociais, políticas e culturais, que, a partir da segunda metade do século XX, questiona o papel do museu tradicional na sociedade contemporânea (Brulon, 2015). E dentre as inúmeras definições de Ecomuseu, destaca-se a de Pereiro (2003), o qual afirma que: “Ecomuseu é um instrumento participativo e de ordenamento territorial, pois, permite a autogestão sustentável do patrimônio natural e cultural das comunidades” (p. 6).

De tal forma, a partir dos postulados de Varine e Rivière, conclui-se que os Ecomuseus, apesar das múltiplas possibilidades temáticas, são fundamentados em princípios que orientam sua prática e atuação. Leite (2016), com base em Matilde Ballargue, citou quatro princípios medulares para compreensão dos Ecomuseus:

- a) Identificação com o território e seus habitantes: o Ecomuseu deve enfatizar a realidade da comunidade local.
- b) Identificação das necessidades e anseios da população: As ações do Ecomuseu devem estar alinhadas com os desejos e demandas da comunidade.
- c) Atuação como membro da comunidade: o Ecomuseu deve ser um agente ativo na transformação social e cultural da comunidade.
- d) Aceitação da pluralidade de objetos, tempos e espaços: o Ecomuseu reconhece e valoriza a diversidade cultural e temporal do patrimônio.

Além disso, Peter Van Mensch em 1990, conforme Leite (2016), destacou a mudança do foco do objeto musealizado, do objeto para a comunidade, sua memória coletiva e seu patrimônio, ampliando o conceito de objeto museológico. Também destaca a preservação *in situ*, assim como a descentralização, racionalização e democratização da gestão dos museus como características da Nova Museologia, da qual os Ecomuseus fazem parte.

Os fundamentos dos Ecomuseus estão fundamentados na ideia de que o patrimônio não é apenas um conjunto de objetos, obras e acervos, mas um processo dinâmico e não linear, que envolve a comunidade em sua construção, preservação e interpretação. O Ecomuseu é uma iniciativa de ação coletiva e exercício de cidadania, onde a comunidade participa ativamente na gestão e na definição das ações museológicas. A educação patrimonial desempenha um papel crucial nesse contexto, promovendo a conscientização sobre a importância do patrimônio e incentivando o protagonismo da comunidade na sua preservação e valorização (Wild, 2015).

A sustentabilidade é outro fundamento essencial, entendida não apenas em termos ambientais, mas também sociais e culturais. Os Ecomuseus buscam promover o desenvolvimento sustentável, respeitando e valorizando as práticas culturais locais e promovendo a inclusão social. Neste paradigma, Hüffner, Martins e Santos (2018) explicaram que os Ecomuseus nascem:

Voltados à preocupação com a sustentabilidade socioambiental surgem neste contexto os ecomuseus, que emergem da dialética entre as novas correntes museológicas e os movimentos preservacionistas socioambientais do século passado. São produto da nova museologia, como via de intervenção social, política, cultural e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento humano, com respeito ao patrimônio natural e cultural a partir de ações voltadas à sua valorização e preservação (Hüffner; Martins; Santos, 2018, p. 237).

O Ecomuseu propõe uma museologia voltada à realidade viva, em que o objeto museológico não é apenas o artefato físico, mas a própria vida cotidiana, o saber e fazer tradicional, as práticas culturais e o ambiente em que as pessoas vivem. Essa mudança, da centralidade do objeto para o sujeito, está no cerne da chamada Nova Museologia — movimento que reivindica um museu voltado para o uso social do patrimônio (Hüffner & Martins, 2024).

Nesse modelo, o patrimônio é compreendido como um processo de construção coletiva de sentido e significado, e não como uma herança cristalizada. Segundo Bruno Brulon Soares (2011), o Ecomuseu, ao privilegiar a memória social coletiva e os saberes e fazeres locais, promove uma “museologia do cotidiano”, que dá visibilidade às narrativas historicamente esquecidas e marginalizadas. De tal forma, autores como François Mairesse (2013) destacam três elementos centrais na conceituação de Ecomuseus:

- a) Território – Não é apenas o espaço geográfico, mas o lugar vivido, carregado de significados, afetos e identidades;
- b) Patrimônio – Compreendido de forma ampliada, incluindo bens materiais, imateriais, naturais e simbólicos;
- c) Comunidade – A grande protagonista do Ecomuseu, responsável pela identificação, interpretação e gestão do patrimônio.

Como elucida Cristina Bruno (2009), o Ecomuseu é um conceito que rompe com a ideia tecnicista de que o museu é uma “instituição de especialistas”, para se tornar uma “instituição cidadã”, ou seja, voltada à construção de uma consciência crítica, coletiva e participativa sobre o passado, o presente e o futuro das comunidades envolvidas. Neste diapasão, existe uma ampla diversidade de experiências ecomuseológicas já constituídas no mundo, com diferentes formas de estruturação, metodologias distintas de trabalho e território de atuação, tornando difícil uma única e exclusiva

definição/conceituação sobre o termo “Ecomuseu”, pois, como o próprio Hughes de Varine (2012) propõe: os Ecomuseus devem ser entendidos como uma filosofia de ação museológica dinâmica, e não como uma tipologia institucional.

A PARTICIPAÇÃO E O PROTAGONISMO COMUNITÁRIO NA GESTÃO DOS ECOMUSEUS

Como já discutido no tópico anterior, os Ecomuseus são iniciativas museológicas que buscam promover a conservação e a valorização do patrimônio natural e cultural de uma região, envolvendo a comunidade local de forma ativa. Nesse sentido, a participação comunitária é um dos pilares fundamentais da gestão museológica compartilhada dos Ecomuseus, pois deve possibilitar que os membros da comunidade sejam protagonistas na preservação e na valorização de seu próprio patrimônio.

Para Hugues de Varine (2012), o Ecomuseu é um instrumento que objetiva o desenvolvimento local sustentável por meio da valorização e preservação do patrimônio natural e cultural de uma região/território, porém, para o alcance desse objetivo, é fundamental o envolvimento ativo da comunidade. Por conseguinte, a participação comunitária é essencial para que os Ecomuseus possam cumprir seu papel de promover na busca pelo desenvolvimento local sustentável e a preservação do patrimônio, como preceitua Wild (2015):

Os museus locais, de perfil comunitário buscam, com a participação da população, ter no museu a sua ferramenta, como um importante instrumento para o desenvolvimento e para o entendimento de sua realidade. Entender seu território, sua paisagem, seus patrimônios, suas memórias, suas histórias, conhecer a si mesmo, e a partir daí revigorar a autoestima, elemento basilar para que ocorra um diálogo mais democrático, que permita escutar os ecos do silêncio, bem como para que se permita rejeitar os moldes impostos há muito tempo pelos centros hegemônicos de poder, que construíram ideologias que marginalizam as culturas das populações menos favorecidas. (Wild, 2015, p. 183)

A participação comunitária deve ser parte do processo inicial de implantação/criação de um Ecomuseu, ou seja, é um aspecto medular para que de fato o Ecomuseu seja um museu democrático, acessível, integrado à realidade e identidade local, e compartilhado, em que a comunidade é protagonista enquanto detentora do patrimônio a ser preservado. Contexto no qual Sampaio e Russi (2012, p.1) citam Hughes de Varine ao afirmar que:

O cuidado com a gestão do patrimônio e do desenvolvimento local, para Varine, deveria se centrar no coletivo participativo, para não ser separado da vida ... Ao deslocar a gestão, ou ao propor uma gestão participativa, não só dos usos, mas na identificação e promoção do patrimônio, podemos ampliar as redes de discussões.

Para tanto, a efetiva participação comunitária na gestão museológica de um Ecomuseu não possui um modelo metodológico único definido, porém, deve ser organizada, e pode se dar de diversas formas, preferencialmente por iniciativa da própria comunidade. Como por exemplo, através da criação de conselhos comunitários, do associativismo comunitário, da realização de assembleias públicas, organização e execução de atividades culturais e educativas, da criação de movimentos e coletivos locais. Dentre outras formas, contribuem para solidificar a estruturação de um Ecomuseu, pois a gestão comunitária é um processo que envolve a tomada de decisões, captação e gestão de recursos e responsabilidade compartilhada.

Segundo Davis (1999) a participação e organização comunitária em torno da gestão museológica de ecomuseus e museus comunitários é fator preponderante para garantir a sustentabilidade desses projetos, pois, a sustentabilidade dos ecomuseus depende do envolvimento da comunidade local, sendo que tal fator só será de fato evidenciado, se os benefícios do projeto forem compartilhados por todos.

Outro aspecto decorrente da participação comunitária na gestão museológica de ecomuseus diz respeito à valorização da identidade cultural da comunidade local. Stuart Hall (2006) explica que a identidade cultural é um conceito que se refere à maneira como os membros de determinados grupos se definem, se comportam e se posicionam em relação ao mundo, neste contexto, o engajamento comunitário nos ecomuseus pode ajudar a fortalecer sua identidade cultural, ao promover a valorização e a preservação de seu patrimônio material e imaterial. Nesse aspecto, a gestão comunitária, nesse sentido, é um dos pilares dos Ecomuseus, e pode requerer a pré-existência de mecanismos institucionais não-governamentais que facilitem o engajamento efetivo dos diversos atores envolvidos, tais como o associativismo.

A existência ou criação de associações comunitárias de base, tais como associações de moradores, de agricultores, pescadores, artesãos, dentre outras categorias, pode ser um fator determinante para alcançar o grau de engajamento comunitário desejado no desenvolvimento de um Ecomuseu, podendo trazer benefícios tanto ao Ecomuseu quanto à própria associação, pois, ambos servem enquanto espaços democráticos de iniciativa popular, de reivindicação, de convivência, efetivação da cidadania e inclusão na vida político-social da localidade, tendo em vista às limitações

e obstáculos estruturais à participação da sociedade civil nas diferentes dimensões políticas, econômicas e sociais contemporâneos (Tonella, 2008).

Um Ecomuseu que tenha como apoio o envolvimento de associações proporciona o fortalecimento comunitário, da participação social, da cidadania e o incremento de competências organizacionais, administrativas e políticas, além de possibilitar o acesso a recursos, parcerias institucionais e programas de financiamento públicos e privados, legitimando as práticas patrimoniais oriundas da diversidade cultural. Tais condições são determinantes para a manutenção e sustentabilidade das atividades museais, principalmente em territórios marcados por desigualdades sociais e carência de investimentos públicos. Assim, o associativismo não é apenas um meio organizacional, mas uma estratégia política e pedagógica fundamental para consolidar os Ecomuseus como espaços de emancipação social e protagonismo comunitário.

Em conclusão a este tópico, o engajamento comunitário na gestão dos Ecomuseus é condição *sine qua non* para o seu estabelecimento e implantação, permite que os membros da comunidade sejam protagonistas na preservação e valorização de seu próprio patrimônio, da sua memória coletiva e do seu território, ou seja, é condição básica de existência para um Ecomuseu, pois, Ecomuseu sem comunidade no comando, não é um Ecomuseu.

98

DESAFIOS DE INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES LOCAIS, A EXPERIÊNCIA DA AMAZÔNIA PARAENSE EM BELÉM DO PARÁ

É importante iniciar este tópico - Desafios da integração das comunidades locais, especialmente a experiência na Amazônia Paraense em Belém do Pará, fazendo um recorte, a partir da década de 90, século passado. No entanto, para este fim, urge a necessidade de uma retomada de memória a começar dos anos 1960. Assim, a contar da segunda metade do século XX, é possível observar uma preocupação mais efetiva com a preservação dos recursos naturais, quando a comunidade internacional iniciou uma discussão sobre os limites de desenvolvimento no planeta, conforme Martins (2005).

Foram promovidos inúmeros encontros, debates e construção de documentos em conferências sobre meio ambiente, dentre eles: Estocolmo (1972), relatório Dag-Hammarskjöld (1975), Tbilisi (1977), Declaração de Cocoyok, e o documento denominado 'Nosso Futuro Comum' ou relatório Brundtland (1987). Esse relatório definiu desenvolvimento sustentável como: "desenvolvimento que satisfaz às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades" (Martins, 2005, p.73-74).

Na sequência em 1973, Maurice Strong lançou o termo “ecodesenvolvimento”, é nessa perspectiva e com a expansão dos debates que nasce à expressão “desenvolvimento sustentável”, que traz em sua base as diversas formas de atuação a favor do termo desenvolvimento, considerando a questão relativa aos impactos das atividades econômicas relacionadas ao ambiente, bem como, as consequências vindouras no bem viver das atuais e futuras gerações.

Na continuidade desses acontecimentos ocorreu a Conferência do Rio de Janeiro/Eco 92 que denotou um avanço nas propostas definidas até então sobre as questões ambientais, especialmente no que concerne ao desenvolvimento sustentável, com a propositiva da “Agenda 21”, que trouxe em seu arcabouço a preocupação com a preservação e conservação da natureza, mas também, com a geração de emprego e renda, em busca da diminuição das diferenças de padrões de vida das pessoas, propondo novos modelos e instrumentos de gestão, com vistas a preservação de recursos naturais e a autossustentabilidade das populações.

A Agenda 21³, (2003:27) “é um processo de desenvolvimento de políticas para o alcance da sustentabilidade, cuja implementação depende diretamente da construção de parcerias entre autoridades e outros setores da sociedade”. Esse programa propôs também englobar três pilares: planejamento estratégico, participativo e ambiental complementados por um pacto social, ou seja, uma participação ativa entre governo e comunidade local.

99

A EXPERIÊNCIA DA AMAZÔNIA PARAENSE EM BELÉM DO PARÁ

De acordo com o exposto, é relevante retroagir a configuração anterior, quanto aos - Desafios da Integração das Comunidades Locais, a experiência na Amazônia Paraense em Belém do Pará, considerando a importância de um recorte a partir dos anos 1990, quando foi executada a proposta de criação do Subsistema de Educação, com base na cultura e equilíbrio ambiental da região, intencionando um desenvolvimento sustentável no município de Belém/PA. Desta forma, é pertinente enunciar que o Subsistema emergiu na esteira dos movimentos e articulações relacionados neste texto, especialmente no que concerne as questões educacionais, ambientais e socioculturais.

O Subsistema de Educação e Cultura para o Desenvolvimento Sustentável, é oriundo da Política Educacional do Município de Belém, estatuído por lei, na época composto basicamente por

³ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente: Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, Construindo a Agenda 21 Local. (2003).

duas Redes: Unidades de Educação Básica e a Rede de Unidades de Educação para o Desenvolvimento Sustentável. É constituído de microssistemas socioeconômico culturais, que tem como aporte a educação ambiental e a educação para o patrimônio, no âmbito da educação básica e profissionalizante, preconizando o surgimento de uma produção cultural significativa, uma profissionalização de serviços e uma organização social condizente com o perfil das microrregiões beneficiadas, isto é, as populações do município de Belém.

Segundo o Caderno Caminhos da Educação (Belém, 1996, p. 15) lançado pela então Gestão da Prefeitura Municipal de Belém-PMB, foram propostos como unidades constituintes do Subsistema de Educação para o desenvolvimento sustentável:

- O Liceu de Artes e Ofícios Ruy Meira no bairro do Guamá;
- O Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso, Distrito de Icoaraci;
- O Complexo Educacional Parque Amazônia – bairro da Terra Firme;
- O Liceu de Artes e Ofícios de Hotelaria da Ilha de Cotijuba, e;
- O Centro de Referência em Educação Ambiental-Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira na Ilha de Caratateua.

100

Na sequência, é apropriado citar uma colocação da Professora Therezinha Gueiros, então Secretária de Educação e executora da propositiva - Unidades de Educação para o Desenvolvimento Sustentável registrada no Caderno Caminhos da Educação (Belém, 1996, p. 16):

Vejo o caminho da Educação e do Conhecimento – que não podem tudo, evidentemente - como possibilidade concreta de conformação de sujeitos históricos, competentes formal e politicamente, capazes de influir no rumo de um desenvolvimento humano, a começar de si mesmos.

São desafios dessa natureza que motivam os pesquisadores a reverberarem alguns conceitos/projetos singulares, como o Subsistema de Educação e Cultura para o Desenvolvimento Sustentável, uma possibilidade de inovação para as populações do Município de Belém. Neste contexto, as unidades constituintes do Subsistema tiveram como aporte os Projetos Pedagógicos voltados para as características das comunidades onde estavam inseridas, bem como, a realidade dos meios cultural, ambiental e socioeconômico, de onde foram implantadas, como segue:

Escola Municipal Parque Amazônia, localizada no bairro da Terra Firme, dispôs de uma base pedagógica orientada para o ensino vocacional com base na cultura da região, e nos princípios de autossustentabilidade condizentes com sua microrregião. E mais, no setor de serviços, inseriu as

costureiras como parte integrante dos profissionais da Escola, objetivando a geração de renda de seu meio.

O Liceu de Artes e Ofícios Rui Meira, localizado no bairro do Guamá, teve como base a formação de recursos humanos na área de serviços em geral, com vistas a profissionalização, destaque para os cursos não formais, destinado aos moradores do município de Belém, advindos grande parte de zonas ribeirinhas/rurais e sem formação para os serviços urbanos das grandes cidades;

O Liceu Escola de Artes e Ofícios Mestre Raimundo Cardoso, localizado no bairro do Paracuri/Distrito de Icoaraci, foi projetado principalmente para atender filhos de famílias ceramistas, dentre outros estudantes, além de propor uma educação integrada entre profissionais da área para a formação dos estudantes com a proposta de um plano de carreira para os Mestres. Como também, apresentou uma propositiva de desenvolvimento sustentável, que abrigava uma biblioteca de bairro, um programa de Malas do Livro e um Museu da Cerâmica, localizado na Travessa Pimenta Bueno/Icoaraci, este desativado posteriormente. O Liceu disponibilizava de: Uma base física; um plano de saneamento básico e recuperação ambiental do entorno; uma base cultural; uma base pedagógica e uma base comunitária que apoiou a criação da Escola através da organização social dos ceramistas - Sociedade de Amigos de Icoaraci-SOAMI⁴, esta integrou ainda, os produtores culturais com o projeto Feira do Paracuri, na orla, onde a principal fonte de autossustentação é a Cerâmica de Icoaraci, a Marajoara e a Tapajônica. E mais, desbancou grupos de atravessadores na venda de cerâmica.

Enquanto a Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, Centro de Referência em Educação Ambiental, localizada na ilha de Caratateua/Pará. Foi criada na esteira da - Agenda 21⁵, visava uma educação vocacional e profissionalizante de agentes ambientais e de turismo. Fez parte ainda, das propositivas/projetos citados, mais um módulo, na Ilha de Cotijuba, este tinha como principal foco a educação ambiental e profissionalizante, sinalizava para um turismo ecológico e

⁴ A SOAMI, 1995 - Localizada no bairro do Paracuri/Distrito de Icoaraci, com sede própria, originou-se da proposta do Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso. Tinha como objetivo - integrar os segmentos da sociedade local, tendo como base os produtores culturais dessa comunidade e a Cerâmica Marajoara como referência, assim como contava com a parceria da Cooperativa dos Artesãos-COARTE e o Conselho Superior de Artesãos do Pará-COSAPA. Em consonância com o Liceu Mestre Raimundo Cardoso, representava um aporte para o Subsistema Integrado de Educação para o Desenvolvimento Sustentável para o Município de Belém.

⁵ A Agenda 21 é um documento construído na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), Rio de Janeiro/1992. Trata-se de um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável, e tem como principal objetivo - promover o desenvolvimento sustentável, conciliando as necessidades socioeconômicas e ambientais com a proteção do meio ambiente para as gerações futuras.

produção cultural. E seria implantado no Educandário Nogueira de Faria, no entanto, ao contrário das demais experiências, a proposta para a Ilha de Cotijuba não foi concretizada.

As experiências vivenciadas e constituintes do Subsistema de Educação para o Desenvolvimento Sustentável no município de Belém, são consideradas vanguardistas, bem como, desafiadoras na integração das comunidades no decorrer da década 90. Essas experiências foram fundamentadas a partir da escuta das comunidades, e de pesquisas já existentes na região, seguidas de planejamento participativo realizado em cada local de suas criações. Da mesma forma que, foram apoiadas pela administração pública municipal, e pelos membros da sociedade civil. É importante citar que as demandas comunitárias abordaram variados temas, como: grupos minoritários, políticas públicas efetivas, acesso às diversas oportunidades, seja na educação, seja na valorização da cultura, da memória, das vivências, dos mestres de ofício, seja na questão da linguagem e da comunicação, como também, nas legislações eficazes no que concerne ao preconceito e discriminação. Outras citações pertinentes foram: A importância das questões ambientais, coleta dos resíduos sólidos, dentre outras.

102

Tudo posto, é possível observarmos que, foram colocações avançadas para a época, considerando ainda, a interação – escola x comunidade – comunidade x escola, e que os temas discutidos fizeram parte das grades curriculares dessas novas experiências. Além de repercutir nas relações externas das comunidades, quiçá, conduzindo à geração de renda, à sustentabilidade e melhoria do bem viver dessas populações.

A PERSPECTIVA DE CONCRETIZAÇÃO DOS DESAFIOS E A BUSCA DE NOVAS POSSIBILIDADES

A experiência do Sistema de Educação para um Desenvolvimento Sustentável e na sequência do Liceu Mestre Raimundo Cardoso/1996, e demandas comunitárias locais por intermédio da Professora Laís Fontoura Aderne, então Consultora da Secretaria Municipal de Educação de Belém-SEMEC, receberam para sua efetivação o apoio de profissionais do Projeto Olhos d'Água/1972⁶.

⁶ Projeto Piloto Olhos d'Água, criado entre os anos (1972 a 1974), no povoado de Santo Antônio de Olhos d'Água, localizado no município de Alexânia-Goiás, entorno do Distrito Federal, em parceria com a Casa da Memória e dos Fazeres Culturais, foi uma experiência piloto de museu a céu aberto. Tinha como objetivo resgatar, incentivar e preservar a cultura local, utilizando uma Feira de Trocas (ou gambira, expressão da região). As feiras reafirmaram a produção cultural, material e imaterial através de uma metodologia centrada no repasse direto dos mestres para discípulos, em oficinas caseiras e comunitárias, sem modelos estabelecidos, repassando os conceitos, a história de vida, o processo criador e as tecnologias locais,

Posteriormente, ocorreu o inverso, as informações coletadas, ou seja, conceitos e metodologias desenvolvidos no município de Belém, com a Secretaria Municipal de Educação/Sistema de Educação para um Desenvolvimento Sustentável, e o Projeto Olhos d'Água, deram origem ao Ecomuseu do Cerrado/1998⁷. Assim as práticas evidenciadas geraram a proposta de criação do Ecomuseu do Cerrado, este utilizou metodologias locais para a reafirmação da autossustentabilidade da região, com base na cultura e suporte conceitual na Ecologia Humana, Ambiental e Social. Para além do exposto e objetivando a concretização dos desafios evidenciados, a história de Belém prossegue em busca de novas propostas. Neste contexto, mais uma vez a professora Laís Aderne, juntamente com a professora Terezinha Resende contribuíram com outra experiência positiva para o desenvolvimento local, para o município de Belém, trata-se da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários-ABREMC/2004⁸.

O apoio da Abremc ocorre no cenário dos desafios de integração das comunidades locais, da Amazônia paraense em Belém, como uma experiência inovadora, que tem como missão:

Fomentar a criação, fortalecimento, apoio e difusão dos ecomuseus, museus comunitários e processos similares ou nesse espírito; trabalhando em prol do desenvolvimento social, comunitário e sustentável, da cultura e educação em todas as suas formas, e da apropriação e valorização do patrimônio cultural como instrumento de emancipação humana e social. (Brasil, 2020)

103

Em prol desta missão, juntamente com seus associados, parceiros e colaboradores, a equipe Abremc vem planejando, executando projetos/ações com as comunidades, em defesa do desenvolvimento local, conseqüentemente o bem viver dos habitantes desse Território. Nesta lógica, visando significativos contributos junto e com as comunidades, vem participando do: Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, Fórum Nacional de Museus/Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM, Conselho Internacional de Museus-Icom.. Assim como, já realizou dois encontros internacionais e quatro jornadas nacionais de museologia comunitária. Estabeleceu parceria com a Rede Italiana de Ecomuseus⁹, 2020, e juntas já realizaram três encontros virtuais/internacionais,

⁷ Ecomuseu do Cerrado-GO, 1998 - É um museu aberto/Território, constituído de sete municípios, tem como missão - Preservar, reafirmar e valorizar sua poesia, literatura, música e manifestações culturais, como os saraus, serestas, cavalhadas, pousos do divino e feiras, produção cultural própria, comidas, artesanatos, medicina tradicional, os pensares, saberes, e fazeres culturais.

⁸ A Abremc - Oficializada em 2004, no bairro Santa Cruz/Território - NOPH Ecomuseu de Santa Cruz/Rio de Janeiro-RJ. É uma associação sem fins lucrativos, é representada por associados, parceiros e colaboradores nas cinco regiões brasileiras, e tem como um de seus principais objetivos "Difundir ideias, além dos princípios de valorização, apropriação e participação comunitária no que tange a defesa de seu patrimônio, seja natural, cultural, material ou imaterial".

⁹ A parceria estabelecida entre a Rede Italiana de Ecomuseus e a Abremc (BrasilxItália, 2020), trata de um acordo internacional entre estas instituições museológicas, que expressam a identificação dos desafios e de caminhos comuns ao desenvolvimento dos campos museológicos brasileiros e Italianos.

referida parceria refletiu um movimento internacional pela transformação social e política com base na relação dialógica entre o território / patrimônio cultural / comunidade, assim como, resultou em uma Carta de Princípios¹⁰ da ABREMC (Brasil, 2020). A Carta visa a comunhão de valores e ações que viabilizam o desenvolvimento integral e o equilíbrio ambiental dos habitantes do planeta.

Outra importante realização da Abremc e associados foi a I Conferência Nacional em Museologia Comunitária (setembro, 2022) que tratou dos seguintes temas: Política e Governança, Meio Ambiente, Economia Criativa, Educação e Paisagem Cultural.

Em concordância com os objetivos de sua missão a Abremc segue planejando / executando suas ações/projetos, como: Selo Abremc; Observatório Abremc; Plataforma Paulo Freire & Museologia Comunitária e o Fórum Abremc. E mais, o GT Abremc, este que vem desenvolvendo nos últimos anos ações por meio do - Observatório Brasileiro de Ecomuseus e Museus Comunitários- OBEM, que tem como um de seus principais objetivos, segundo Abremc (Brasil, 2020):

mobilizar os profissionais do terreno, conteúdo do campo da museologia comunitária brasileira para criação de um laboratório dedicado à pesquisa, produção científica e aos novos conhecimentos teóricos e práticos para os Ecomuseus, Museus Comunitários e iniciativas similares. (Brasil, 2020)

104

O OBEM, 2020 - É composto por associados, parceiros, colaboradores representantes de iniciativas museológicas brasileiras, e está sob a coordenação da ABREMC, desde a sua criação, 2020. Atualmente em conformidade com o objetivo citado, está em uma segunda fase denominada - OBEM Consolidação.

Neste âmbito, a continuidade da história de Belém em busca de solidificar os desafios e suas propostas de integração com as comunidades locais, enfatiza a relevância da rede de apoio anterior, somadas a um dos princípios da Abremc (Brasil, 2020):

Ampliar os meios de interação metodológicas entre as iniciativas, consolidando um campo de discussão teórico e prático dos saberes e fazeres localmente produzidos na e com a comunidade, tendo em vista o desenvolvimento integral dos territórios. (Brasil, 2020)

A partir deste contexto urge um novo cenário de integração das comunidades locais, isto é, a possibilidade de incorporação de novos conceitos, novas práticas, e a criação de novos ecomuseus.

PROPOSTAS PARA O FORTALECIMENTO DA INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA - OS ECOMUSEUS, PONTOS DE MEMÓRIA

¹⁰ Carta de Princípios, 2020 - Trata-se de uma Carta de Compromissos decenal, acordada entre a ABREMC e o DROPS (Movimento Global de Ecomuseus Italianos).

Neste cenário de fortalecimento e integração das comunidades do município de Belém, em meados da primeira década do século XXI, ocorre por meio de um Seminário de Implantação, em Belém do Pará, no período de 08 a 10 de junho de 2007, a criação do Ecomuseu da Amazônia, 2007¹¹, quando os participantes fundamentados nas experiências pioneiras nacionais e internacionais de museus comunitários e ecomuseus, reforçaram e convalidaram a militância da Nova Museologia e as Declarações de Santiago do Chile (1972), Québec (1984) e Caracas (1992), em apoio aos movimentos das populações e comunidades locais. Neste contexto, os participantes do Seminário construíram a - Carta de Belém/2007 (Belém, 2007), que dentre as diversas demandas, propôs: Estimular o desenvolvimento de políticas públicas Inter setoriais para o planejamento de ações integradas que respeitem e contribuam para a conservação do patrimônio natural e cultural.

É nesta circunstância que nasce o Ecomuseu da Amazônia, com o desafio de integrar os diversos segmentos da sociedade com seu “inteiro ambiente”, a partir da conscientização e valorização de sua história e de seu patrimônio natural e cultural. A área do Ecomuseu compreende, preliminarmente, o Distrito de Icoaraci (bairro do Paracuri e orla), estendendo-se até a região das ilhas de Caratateua, Cotijuba e Mosqueiro, com a possibilidade de alcançar as áreas históricas e museológicas da grande Belém. No entanto, a área de abrangência inicial nos anos seguintes restringiu-se as Ilhas de Caratateua e Cotijuba. Assim, as áreas que integraram o Ecomuseu funcionaram como redes em formação e ampliação gradativa, o princípio dinâmico dessas redes foi instituído nas diversas microrregiões inclusas, num processo de construção participativa que disponibilizou espaço, tempo e ações de troca solidária entre instituições, organizações governamentais e não governamentais, e comunidades locais. Tem como objetivo, segundo Maria Terezinha Resende Martins (Belém, 2007):

Desenvolver programas de preservação e recuperação dos patrimônios naturais e culturais na Amazônia, visando à emancipação, autossustentação e melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e comunidades envolvidas, a partir da gestão participativa e da valorização da memória coletiva e da criatividade dos processos culturais regionais. (Belém, 2007)

Em consonância com seu objetivo o Ecomuseu da Amazônia e Comunidades de sua área de atuação ao longo dos anos vêm contribuindo com inúmeras realizações em prol do desenvolvimento

¹¹ O Ecomuseu da Amazônia/2007 - É um museu aberto que vivencia o cotidiano das comunidades, demonstra o acervo natural e cultural de uma região e se insere no território amazônico. É oriundo de uma ideia da Mestra Laís Fontoura Aderne e da Profa. Dra. Maria Terezinha Resende Martins, esta que acrescentou à então proposta, resultado de sua investigação de mestrado, posteriormente doutorado nas áreas de gestão e planejamento ambiental com enfoque em ecomuseu, e gestão integrada de recursos naturais, respectivamente.

local e do bem viver dos habitantes de seu Território, dentre elas: o desenvolvimento de ações/projetos por meio de eixos temáticos (meio ambiente, turismo de base comunitária, cultura e cidadania). O IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários - IV EIEMC/2012, a opção pela realização do evento em Territórios do Ecomuseu da Amazônia é decorrente do trabalho que este vinha desenvolvendo em suas áreas de atuação, com o programa denominado “Patrimônio e Capacitação dos Atores do Desenvolvimento Local”, tema-base da realização do Encontro. A inovação do Ecomuseu da Amazônia com o Programa de Capacitação integrando os atores sociais coloca Belém na dianteira, com o emprego de metodologias exitosas que merecem ser compartilhadas com instituições desejosas de uma maior participação comunitária. O IV EIEMC reuniu entre - abertura, mesas, oficinas, feiras, exposições, manifestações culturais e visita de campo - cerca de, 4.144 participantes. Assim o programa - Patrimônio e Capacitação dos Atores do Desenvolvimento Local - foi trabalhado e pensando a partir do questionamentos. Como as comunidades compreendem e usam seu patrimônio? De que modo o patrimônio pode ser para elas um gerador de rendas? Como capacitar uma comunidade para o desenvolvimento local, usando o patrimônio como recurso? Como tornar essa comunidade gestora de seu patrimônio e se manter autossustentável? Algumas das respostas a estes questionamentos foram encontradas nas diversas experiências apresentadas no IV EIEMC sediado pelo Ecomuseu da Amazônia. O Encontro gerou também - Carta de Caratateua-Belém/2012 - Reunidos para o IV EIEMC, protagonistas, responsáveis, participantes, estudiosos e simpatizantes de iniciativas brasileiras e estrangeiras consolidadas e embrionárias para discutir “Patrimônio e Capacitação dos Atores do Desenvolvimento Local”, as quais refletem sobre a ressignificação atribuída ao patrimônio e a sua apropriação (Belém, 2012).

E ainda, a Revista Musas, edição nº 7 - Periódico publicado pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, autarquia vinculada ao Ministério da Cultura-MinC-DF, de caráter interdisciplinar, reúne reflexões sobre museus e museologia, experiências museais e o cenário cultural com a divulgação de textos, de pesquisas e de ações no campo museológico. O Ecomuseu da Amazônia em reconhecimento ao trabalho que vinha desenvolvendo, foi selecionado para a matéria principal da Revista Musas, publicada em dezembro/2016, denominada (Museu Visitado), compondo inclusive a matéria de capa (Gomes, 2016).

E mais, o Ecomuseu da Amazônia/Abremc, por meio de uma sugestão do então Diretor do Ibram prof Mário Chagas à profa. Terezinha Resende, apresentou uma proposta de Ponto de Memória para Belém do Pará, que deveria estar localizado nos bairros do Guamá ou Terra Firme, como o Ecomuseu da Amazônia não atuava nesses bairros, Terezinha Resende repassou à Servidora do

Museu Emílio Goeldi, Sra. Helena Quadros, que já realizava ações com a comunidade do bairro Terra Firme. É neste contexto que ocorre em 2009 a criação do primeiro – Ponto de Memória¹² do Município de Belém e da Região Norte. O Ponto de Memória da Terra Firme, que constitui um dos doze primeiros Pontos de Memória do Brasil¹³. Os planos, projetos citados, são algumas das possibilidades que esse Ecomuseu vem executando.

Outro Ecomuseu criado mais recente foi o Ecomuseu de Belém/2022, trata-se de um instrumento para o desenvolvimento territorial, da Secretaria Municipal de Educação de Belém, em parceria com moradores (comunidades) realiza projetos e ações que valorizam os patrimônios transformando-os em recursos voltados ao desenvolvimento e a qualidade de vida local. As ações desenvolvidas pelo Ecomuseu de Belém estão fundamentadas nos segmentos temáticos: Cultura e Educação para o patrimônio/memória, Meio Ambiente, sustentabilidade e paisagem cultural, Ecoturismo Comunitário na Região Continental e Insular de Belém, e Cidadania, os quais atuam de forma integrada. Em fase de constituição, o Território Ecomuseu de Belém, está localizado no Distrito de Icoaraci, Ilha de Mosqueiro e Ilha Grande. Tem como desafio, desenvolver ações em espaços urbanos, periurbanos e rurais do bioma amazônico no município de Belém/PA. Tendo como um de seus principais objetivos - Promover a integração entre conhecimento técnico-científico e conhecimento empírico de maneira que as comunidades de posse desse saber possam geri-lo em benefício próprio, preservando seu patrimônio, gerando renda, e qualidade de vida.

Dando sequência às propostas para o fortalecimento da integração comunitária, o Ecomuseu de Belém vem colocando em prática suas contribuições, especialmente à sociedade local, como segue: inventário e mapeamento das olarias e demais iniciativas comunitárias no bairro do Paracuri/Distrito de Icoaraci; disponibilidade de um espaço denominado - Mestres do Paracuri, em parceria com o Liceu Mestre Raimundo Cardoso, para atendimento aos estudantes/comunidade em geral, visitantes; contribuições para a musealização do Espaço Olaria do Espanhol; e mais, o Programa de Capacitação - Formação de Guardiões¹⁴ e o Circuito Interativo de Patrimônio e Cultura de Icoaraci/Circuito de

¹² Ponto de Memória é uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM. Trata-se de um projeto que reconhece e valoriza a memória social das/com as comunidades, entidades e coletivos culturais de um Território.

¹³ É decorrente de uma parceria entre o Programa Mais Cultura do Ministério da Cultura e o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania-Pronasci/Ministério da Justiça. A intenção era identificar, apoiar e fortalecer iniciativas de memória e museologia social, principalmente as comunidades privadas de seus direitos historicamente excluídas.

¹⁴ Formação de Guardiões - É um projeto do Ecomuseu de Belém em parceria com o Liceu Mestre Raimundo Cardoso, seu principal objetivo é formar/capacitar multiplicadores em prol da valorização, preservação e recuperação dos patrimônios naturais e culturais, com vistas a melhoria de vida, promoção e emancipação das comunidades locais. Tem como base: cultura/memória/educação para o patrimônio, turismo de base comunitária; meio ambiente/sustentabilidade/mudanças climáticas e cidadania. Visa atender inicialmente estudantes do próprio Liceu, e posteriormente a comunidade do entorno, especialmente aos participantes do Projeto “Circuitos Interativos de Icoaraci” uma propositiva que integra ações do Ecomuseu de Belém e a comunidade local.

Memória das Olarias¹⁵, Distrito de Icoaraci; dentre outras viabilidades de ações/projetos desenvolvidas e em desenvolvimento em seu Território.

Mais uma significativa contribuição do Ecomuseu de Belém (logística/apoio) em parceria com o Liceu Mestre Raimundo Cardoso, Ecomuseu da Amazônia, Abremc, foi a certificação pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, de treze Pontos de Memória (2023/2024) localizados nos Territórios do Ecomuseu de Belém/Ecomuseu da Amazônia, município de Belém/PA. Esta contribuição é de grande relevância para a continuidade da integração/interação e fortalecimento das ações/projetos das comunidades locais, uma vez que possibilita de forma mais efetiva a relação “escola x comunidade x escola”.

Os Territórios de referidos Ecomuseus recebem também a contribuição dos Pontos de Cultura¹⁶ e Pontões de Cultura¹⁷. Em relação a este assunto, é significativo citar a Mestra Laurene Ataíde, quanto aos espaços que criou e administra:

Ponto de Cultura é um espaço que precisa ter personalidade Jurídica sem fins lucrativos, onde é desenvolvido várias atividades sociais e culturais voltadas para o bem-estar da comunidade, como exemplo - Associação Folclórica e Cultural Colibri de Outeiro, que agrega: O Ponto de Cultura Ninho do Colibri, este recebeu o título de Pontão de Cultura, da Cultura Viva, o Museu dos Pássaros e outros Bichos, o Ponto de Memória Ninho do Colibri, Cine Colibri, Biblioteca dos Pássaros, Escolinha de Ballet o Vôo do Colibri. Temos como objetivo a preservação e a valorização da cultura dos cordões de pássaro, desenvolvendo projetos de revitalização, criação e resgate dessa manifestação. O nosso espaço tem como principal atividade o Cordão de Pássaro Colibri de Outeiro/antigo Beija-flor do Distrito de Icoaraci. E mais, acolhe também, o responsável pelas comunicações do espaço - Point Colibri de Comunicação. (Laurene Ataíde, Informação Pessoal)

Laurene ressalta ainda, a importância da Associação Folclórica e Cultural Colibri de Outeiro na realização de um Festival que integra o Projeto de resgate, revitalização e criação de grupos aos Cordões de Pássaros e Bichos do Pará, assim como relata a relevância dos projetos de capacitação e qualificação com as comunidades da ilha de Caratateua. Bem como, menciona a significância do -

¹⁵ O projeto Circuito Interativo do Patrimônio e Cultura de Icoaraci/Circuito de Memória das Olarias compõem as ações do Ecomuseu de Belém e comunidades constituintes de seu Território. Sugere a visita aos mestres oleiros do Distrito de Icoaraci, assim como outros pontos referentes à memória e a cultura do local. Objetivo: Fomentar a valorização patrimonial, cultural e a geração de renda para os envolvidos através da visita organizada e estruturação dos pontos.

¹⁶ Pontos de Cultura – São grupos, coletivos e entidades de natureza ou finalidade cultural que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades e em redes, reconhecidos e certificados pelo Ministério da Cultura-MinC/BR, por meio dos instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva. Trata-se então, de projetos que visam a realização de ações de impacto sociocultural com/nas comunidades.

¹⁷ Pontão de Cultura – É uma entidade cultural ou instituição pública de ensino que articula um conjunto de outros pontos ou iniciativas culturais, desenvolvendo ações de mobilização, formação, mediação e articulação de uma determinada rede de Pontos de Cultura e demais iniciativas culturais... 31 de mar. de 2016 - <https://iberculturaviva.org>.

Pontão de Cultura Ninho do Colibri ter sido considerado “Guarda-Chuva” já que se trata de um proponente, além de abrigar também nesse mesmo espaço, o - Pontão Rede Ajuricaba de Pontos de Cultura do Pará.

Neste cenário, observa-se que as diversas iniciativas citadas e suas inúmeras áreas de atuação corroboram com possibilidades positivas aos desafios de integração, como também ao fortalecimento das comunidades locais, no que tange ao recorte de algumas experiências da Amazônia paraense em Belém do Pará. Sob esta perspectiva é possível ponderar que referidas experiências estão em conformidade com o pensamento de (Glissant, 2005, p. 71) “... o princípio de uma identidade rizoma, identidade com raízes múltiplas, construída no contato com o diverso”. Isto é, ao invés de comunidades mergulhadas em si mesmas, teríamos como base a relação com outros povos, construindo sincronicamente identidades permeáveis, aprendizagens, conhecimentos que se deixam interpenetrar com suas contribuições mútuas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências do Ecomuseu da Amazônia e do Ecomuseu de Belém a partir dos conceitos e metodologias firmados na implantação do Subsistema de Educação e Cultura para o Desenvolvimento Sustentável, consolidado na década de 1990 em Belém do Pará, demonstram que é possível criar mecanismos de diálogo, integração, fortalecimento e participação, onde as comunidades locais possam ser protagonistas e expressar suas necessidades, interesses e valores, subsidiando a efetiva valorização e salvaguarda patrimonial, assim como revelam formas de enfrentamento aos obstáculos que se apresentam ao longo do processo, tais como a falta de recursos financeiros, a burocracia da gestão pública, e a resistência às mudanças são algumas das limitações que precisam ser superadas.

Destarte, a gestão compartilhada e integrada, fortalecendo o protagonismo comunitário a partir das experiências museológicas sociais, permite que os moradores se tornem agentes ativos na construção da memória coletiva, garantindo que suas vivências e saberes sejam incorporados aos processos museológicos. Além disso, essas iniciativas promovem um diálogo entre passado e presente, possibilitando ações educativas, pedagógicas e socioeconômicas que beneficiam estrategicamente as comunidades envolvidas, capacitando-as para autogestão e sustentabilidade territorial.

Os desafios enfrentados no processo de integração, como a necessidade de políticas públicas adequadas, infraestrutura e engajamento constante, reforçam a importância do compromisso de gestores e sociedade na manutenção desses projetos. No entanto, os avanços obtidos mostram que a participação comunitária é um caminho viável e necessário, e os Ecomuseus se constituem enquanto ferramentas dialogais eficientes no decorrer do processo, influenciando ativamente na consecução de avanços na qualidade de vida, na autoafirmação identitária e em benefícios socioeconômicos diretos que reverberam nas microescalas dos circuitos culturais, ambientais e sociais locais.

Vale ressaltar que as experiências citadas neste trabalho, remetem a um processo contínuo e estruturado de implantação de iniciativas museológicas comunitárias e fortalecimento da integração comunitária, que passaram por etapas metodológicas já consolidadas, porém, em constante evolução, ou seja, tanto um Ecomuseu, quanto qualquer outra iniciativa que busque a salvaguarda e valorização cultural em uma região tão rica quanto a Amazônia, deve primar pela adaptação dos conceitos empregados e consequente adequação metodológica à realidade e características culturais, ambientais e sociais de cada comunidade ou população, interferindo minimamente em suas peculiaridades.

110

REFERÊNCIAS

BELÉM. Sistema de Educação e Cultura para o Desenvolvimento Sustentável. *Caderno Caminhos da Educação*, n. 3, Prefeitura Municipal de Belém/SEMEC, 1996.

BELÉM. *Carta de Belém*. Seminário de Implantação do Ecomuseu da Amazônia. Belém do Pará, 2007.

BELÉM. *Carta de Caratateua*. IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários (IV EIEMC). Sediado pelo Ecomuseu da Amazônia. Belém do Pará, 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente: Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. *Construindo a Agenda 21 Local*, 2003.

BRASIL. *Carta de Princípios*. Associação Brasileira de ecomuseus e Museus Comunitários - ABREMC, 2020.

BRIGOLA, João. *Origens e Evolução dos Ecomuseus na Europa e em Portugal*. 2011. 27 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Nova Lisboa, Lisboa, 2011.

BRUNO, Cristina. *Museus: teoria, prática e ilusão*. São Paulo: EDUC, 2009.

BRULON, Bruno. A invenção do Ecomuseu: o caso do Ecomusée Du Creusot Montceau-Les Mines e a Prática da Museologia Experimental. *MANA*, v. 21, n. 2, p. 267-295, 2015.

DAVIS, Peter. Ecomuseums: a sense of place. London and New York: Leicester University Press, 1999.

GLISSANT, Édouard. *A Poética da Relação*. Porto: Sextante Editora, 2005.

GOMES, Sandro dos Santos. Museu Visitado: Ecomuseu da Amazônia. *MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia*, n. 7, p. 198-123, 2016.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HÜFFNER, João Gabriel Pinheiro; MARTINS, Terezinha Resende; SANTOS, Marcia Sueli. A possível atuação do Ecomuseu da Amazônia no desenvolvimento do turismo de base comunitária na Ilha de Cotijuba – PA. *Revista Tur., Visão e Ação*, v. 20, n. 2, p. 235-248, 2018.

HÜFFNER, João Gabriel Pinheiro; MARTINS, Terezinha Resende. Ecomuseu de Belém e o Turismo Comunitário enquanto instrumentos pedagógicos para a educação e salvaguarda patrimonial. *Revista Educação Aperta*, v.15, p. 112-130, 2024.

LEITE, Pedro Pereira. Sobre Ecomuseus, Ecomuseologia e Museus Comunitários. *Informal Museology Studies*, Theory and Practices on Informal Museology, n. 16, p. 2182 -8962, 2016. Disponível em: <https://informalmuseology.wordpress.com/informal-museology-studies/14-ecomuseus-e-museologia-social/sobre-ecomuseus-ecomuseologia-e-museus-comunitarios/>

111

MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de museologia*. Tradução de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. Portugal: ICOM, 2013. Disponível em: http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf. Acesso em: 2 jun. 2016.

MARTINS, Maria Terezinha Resende. *Ações dos Ecomuseus para a Proteção Ambiental: o caso Ecomuseu do Cerrado*. 2005. 178f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental). Universidade Católica de Brasília, Distrito Federal, 2005.

PEREIRO, Xerardo. Do Museu ao EcoMuseu: Os novos usos do Património Cultural. In: PARDELLAS, Xulio (dir.). *Turismo Cultural y Ambiental*. Vigo: Universidade de Vigo, 2003.

PRIMO, Judite. Museus locais e ecomuseologia - estudos do projecto para o ecomuseu da Murtosa. *Cadernos de Socimuseologia*, v. 30 n. 30, p. 17-251, 2008.

RIVIÈRE, Georges Henri. Definición evolutiva del ecomuseo. *Revista Museum*, Imágenes del ecomuseo, v. XXXVII, n. 148, 1985.

RIVIÈRE, George-Henri. *La Museología – Curso de Museología / Textos y Testimónios*. Madrid: Ediciones Akal, 1993.

SAMPAIO, Terezinha; RUSSI, Adriana; Varine, Hugues de. As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. *E-cadernos CES*, v. 21, p. 138-140, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1798>.

SOARES, Bruno Brulon. A Nova Museologia e o Campo Social do Patrimônio. *Revista CPC*, São Paulo, n. 12, p. 129-144, 2011.

TONELLA, Celene. *Participação social, cultura política e indicadores de associativismo: os dirigentes de entidades sociais*. 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política-ABCP, UNICAMP, 2008.

VARINE, Hugues. *As Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VARINE, Hugues de. *L'écomusée singulier et pluriel: un témoignage sur cinquante ans de muséologie communautaire dans le monde*. Paris: L'Harmattan, 2017. 304 p. (Muséologies).

WILD, Bianca. *O Ecomuseu como ferramenta pedagógica e de integração*. Recanto das Letras. Projeto Educacional. Disponível em <https://www.recantodasletras.com.br/trabalhos-academicos-de-ciencias-sociais/5261242>, acessado em 02/05/2025.